



O ALÍVIO DAS CONSCIÊNCIAS NA CERTEZA DA SALVAÇÃO: UMA PESQUISA SOBRE A DIMENSÃO POIMÊNICA DE “*DA VONTADE CATIVA*”

(1ª parte)

Daniel Marlo Margarida¹

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa acerca dos aspectos poimênicos e existenciais do clássico escrito protestante “*Da Vontade Cativa*”. Formula questões de relevância pessoal que são suscitadas pela leitura da obra, propondo-se a respondê-las. Situa o contexto histórico de seu surgimento por meio da análise de breves aspectos biográficos de Martinho Lutero e Erasmo de Rotterdam, bem como pela observação das questões envolvidas na controvérsia propriamente dita. Fornece o resumo da teologia de Lutero no período posterior e anterior à publicação da obra estudada, por meio da singela exposição de quatro outros escritos do mesmo autor. Atém-se minuciosamente na elaboração de uma síntese do conteúdo de toda “*Da Vontade Cativa*”, expondo-a de maneira organizada e em concordância com a dinâmica interna de suas afirmações centrais. Explica, de forma compreensível, as terminologias empregadas na discussão teológica, estabelecendo diálogo com as convicções de Erasmo nos devidos pontos discordantes. Investiga provas textuais que demonstram a presença do horizonte poimênico ao longo da argumentação bíblico-teológica. Conclui respondendo às perguntas iniciais por meio de uma interpretação poimênica baseada nos pressupostos e declarações da própria obra em questão, propondo uma mudança de paradigma na leitura desta, de forma que ela se torne significativa para a vida do cristão.

¹ Daniel Marlo Margarida é bacharel em teologia pela Faculdade Luterana de Teologia – FLT. Ele é coordenador de grupos de apoio da *Cruz Azul no Brasil*. O presente artigo é a versão abreviada de seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. E-mail: daniel.teol@gmail.com.

Palavras-chave: Poimênica, consolo, crise, consciência, livre-arbítrio, vontade cativa, eleição divina, pecado, antropologia da Reforma.

ABSTRACT

This research is about the poiménical and existential aspects of the written protestant classic “The Captive Will”. It formulates relevant personal questions that are generated by reading such work, also leading itself to answer them. The research points out the historical context of the development of this work through a brief biographical aspects analysis about Martinho Lutero and Erasmo de Rotterdam, as well as through observing the questions involved in the controversy itself. It offers a summary of the theology of Lutero as the posterior and previous period to the publication of the studied work through a simple exposition of four other works written by the same author. They are carefully tied to the elaboration of a synthesis of the whole content of “The Captive Will”, exposing it on an organized and according way to the internal dynamics of its central affirmations. It explains on an understandable way the terminologies used in the theological discussion, establishing a dialogue with the certainties of Erasmo at specific opposing aspects. It investigates textual proofs that demonstrate the presence of the poiménical horizon throughout the Biblical-theological argument. It is concluded by answering the initial questions through a poiménical interpretation based on presuppositions and declarations from the studied work, proposing a change of paradigm when reading it, on a way that it becomes relevant for the life of the Christian.

Keywords: *poimenic, comfort, crisis, conscience, free-will, captive will, divine election, sin, anthropology from Reformation.*

INTRODUÇÃO

“Como posso ter certeza da minha salvação se não sou eu quem escolho ter uma vida com Jesus, mas, ao contrário do que tenho aprendido até então, é Deus quem me escolhe para ser salvo?”; ou, “Como então posso saber que fui um eleito de Deus se é somente Ele quem escolhe aqueles que irão herdar a vida eterna?”; e, por fim,

“Como ainda vou poder continuar crendo em um Deus de amor se é Ele e somente Ele quem escolhe alguns para a salvação e outros para a perdição eterna?”.

Jamais uma pessoa poderá ficar indiferente quando descobrir que o livre-arbítrio humano, em relação àquilo que se refere à sua própria salvação, simplesmente não existe. Ninguém deixará de se sentir atingido em sua fé pessoal ao saber que é totalmente incapaz de se converter a Deus, pois o âmago de sua vontade fora atingido de modo completo pela realidade do pecado. Quando a vontade humana é vista sob o prisma da hamartiologia² luterana, o ser humano é colocado em cheque, e sua presunçosa autossuficiência começa a desmoronar. Somos desnudados, colocados diante de nós mesmos e conduzidos a uma autorreflexão sincera que poderá nos levar ou ao desespero, ou ao saber-se totalmente conduzido pelas mãos de Deus.

Quando o cristão se depara, nas Sagradas Escrituras, com a afirmação de que Deus é exclusivamente o responsável por lhe justificar ao conceder, por Sua própria vontade, o único dom necessário para a salvação, ou seja, a fé, então as perguntas mais inquietantes começam a surgir. Das inúmeras dúvidas suscitadas, talvez aquilo que primeiro venha a ser questionado é o próprio caráter de Deus, pois, “uma vez que Ele age dessa maneira, não estaria sendo Ele injusto por não dar as mesmas condições para todos?”; “Aliás, se tudo depende unicamente de Deus, por que Ele dá a fé para alguns e a outros não?”; “Seria o Criador de todas as coisas e Pai daqueles

2 Em outras palavras, a abordagem ou o estudo acerca da doutrina do pecado e do mal. O vocábulo vem do termo grego “*hamartia*” (literalmente: erro, falta, falha, culpa, pecado), e, no presente contexto, faz alusão a um aspecto central de nossa pesquisa, ou seja, àquilo que a vontade humana se tornou após o evento da queda da humanidade. Cf. significado da palavra em: RUSCONI, Carlo. *Dicionário do Grego do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 36.

que creem em Jesus Cristo arbitrário em suas decisões?”.

Contudo, não somente o agir de Deus é colocado sob suspeita, como principalmente o próprio futuro escatológico³ da pessoa passa a adquirir uma conotação incerta, pois, “se tudo está nas mãos de Deus, o que me garante que hoje Ele tenha me escolhido para a salvação e amanhã decida o contrário?”; “Aliás, como eu posso ser condenado ao inferno se nunca tive sequer uma possibilidade de escolha?”; ou ainda, “O que me garante que a minha fé é uma fé verdadeira e irá me salvar?”; “Qual garantia posso ter da minha salvação pessoal e em que posso baseá-la com segurança?”; “Afim, pode haver certeza da salvação?”.

São perguntas e considerações como essas que revelam o quanto o centro da existência humana é colocado em conflito, quando um estudo de “*Da Vontade Cativa*” é realizado de maneira profunda e entendido segundo a compreensão original de seu autor. São perguntas como essas que evidenciam que toda e qualquer discussão em torno do livre-arbítrio humano e/ou da eleição divina não se trata unicamente de um debate puramente bíblico-hermenêutico, ou de uma formulação sistemática que visa favorecer um determinado corpo doutrinário.

Questões profundamente existenciais, relacionadas à vida de fé pessoal do cristão, estão envolvidas nessa controvérsia. Embora todo leitor dessa obra de Martinho Lutero possa perceber que evidentemente há uma dimensão exegética⁴ que busca uma

3 Quer dizer, a salvação ou perdição eterna da pessoa diante dos acontecimentos finais na história da humanidade. O termo “escatologia” vem do grego “*eschatos*” (extremo, último, final), e designa o estudo a respeito das “últimas coisas” na sua relação direta com o espaço-tempo humano. Cf. significado da palavra em: RUSCONI, Carlo. *Dicionário do Grego do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 201.

4 A exegese bíblica tem por finalidade buscar compreender a Palavra de Deus

compreensão correta em torno do assunto, e posteriormente uma abordagem histórico-sistemática tenha sido feita em relação ao mesmo, as perguntas acima expostas nitidamente expressam que há um horizonte poimênico⁵ a ser considerado diante da polêmica suscitada.

Vivemos em uma época que caracteristicamente enfrenta dificuldades em afirmar e compreender existencialmente a ausência de livre-arbítrio na vontade humana. Via de regra, ensina-se que Deus já fez tudo por nós e que agora tão-somente espera que façamos nossa parte em relação a Ele. Geralmente, quase todas as evangelizações estão baseadas na premissa do livre-arbítrio e em passagens bíblicas que parecem fazer alusão clara a ele. Por isso, na maioria das vezes se questiona a validade de se continuar evangelizando não-cristãos caso essa decisão pessoal por Jesus simplesmente não exista (“se nada depende da minha decisão, então por que Jesus me convida para aceitá-lo como único Senhor e Salvador?”).

E uma vez que a teologia contida em *“Da Vontade Cativa”* comumente é qualificada como sendo de pouca utilidade para o exercício prático-poimênico, e partindo do pressuposto de que o próprio futuro escatológico do cristão (“como posso ter certeza da salvação?”), assim como também sua vida presente (“o que devo fazer a partir de agora se não contribuo em nada para ser salvo?”),

conforme seus primeiros destinatários a receberam, descobrindo assim a intenção original de seus autores. A partir disso, a hermenêutica (arte de interpretar) passa a assumir a tarefa de contextualizar esta mesma mensagem para os dias atuais, traçando assim paralelos entre as duas realidades existentes. Nesta introdução, quer-se dizer que um debate puramente exegético e hermenêutico não pode ser o objetivo final da discussão em si, haja vista que há uma dimensão completamente pessoal e existencial inserida no problema.

5 O termo provém do verbo grego *“poimaino”*: apascentar, fazer pastar, reger, conduzir, guiar, nutrir, cuidar de alguém ou de algo. Carlo RUSCONI, op. cit., p. 380.

adquirem perspectivas dúbias diante de afirmações tão incisivas, então, mostra-se necessário que uma investigação bibliográfica seja feita em torno do assunto.

É necessária a realização de uma pesquisa que busque primeiramente compreender as afirmações centrais de Lutero em sua obra, inteirando assim o pesquisador do conteúdo propriamente dito para, em um segundo momento, ser possível traçar as dimensões e as implicações poimênicas encontradas no escrito para os aspectos fundamentais da vida cristã, segundo a visão do reformador.

Seria o viés poimênico justamente a chave hermenêutica mais adequada à interpretação de *“Da Vontade Cativa”*? É exatamente a este objetivo que a presente pesquisa se propõe: fornecer uma síntese do pensamento de Lutero em relação ao tema, para que se possa fazer uma leitura poimênica deste. Não se trata de oferecer uma solução para a discussão em si, e tampouco o de ressaltar os aspectos poimênicos do livre-arbítrio, mas sim o de destacar a dimensão poimênica dessa obra através de seus próprios pressupostos e afirmações.

Existe algo que ainda não foi percebido em *“Da Vontade Cativa”* e que necessita ser descoberto? Esta monografia procurará responder a perguntas tais como essa. Começemos, pois, conhecendo os dois principais personagens que deram origem à polêmica, bem como o contexto em que ela esteve localizada historicamente (primeiro capítulo). Assim, poderemos analisar o conteúdo principal da obra (segundo capítulo) para, por fim, estarmos aptos a fazer uma leitura poimênica do assim chamado *“De Servo Arbítrio”* (terceiro e último capítulo desta pesquisa).

I. O CONTEXTO HISTÓRICO

1. Martinho Lutero em poucas palavras

Mais conhecido, em nossos dias, como o homem que ousou desafiar toda a estrutura da Igreja Católica Romana em seu período medieval, como o “pai da Reforma Protestante” entre a maioria dos historiadores de nossos tempos, como um verdadeiro gênio da teologia entre os mais diversos teólogos atuais, como um profundo conhecedor das Sagradas Escrituras por inúmeros exegetas, ou ainda como revolucionário, rebelde e libertador por outros, Martinho Lutero nasceu a 10 de novembro de 1483 na cidade de Eisleben, Alemanha.

Tendo recebido educação bastante severa por parte de seus pais, desde cedo, Lutero foi instruído de acordo com os moldes tradicionais vigentes em sua época. Já a partir dos cinco anos de idade, frequentou a escola de Mansfeld, aprendendo, em seguida, latim e os fundamentos da fé cristã. Em virtude de uma mudança de sua família, em 1497, aos 13 anos começa a estudar em Eisenach e, quatro anos após, ingressa na respeitada Universidade de Erfurt, obtendo, dessa forma, o grau de bacharel em Artes. Em 1505, Lutero estaria recebendo o título subsequente, o de mestre em Artes.

Portador de uma mente ávida por adquirir novos conhecimentos e buscando atender aos pedidos de seu pai, inicia os estudos de Direito no mesmo ano. Entretanto, em 2 de julho de 1505, acontece um dos grandes episódios que iria mudar radicalmente o curso de sua vida. Retornando de uma visita feita a seus pais, Lutero foi surpreendido por uma grande tempestade próximo à vila de Stotternheim. Temendo perder sua vida após um raio cair ao seu lado,

jurou à Santa Ana que dedicaria toda sua vida ao serviço de Deus e da igreja, caso esta poupasse sua vida. Cerca de três semanas depois, Martinho Lutero estava ingressando em um mosteiro agostiniano.

Caracteristicamente marcado por inúmeros conflitos interiores quanto à certeza de sua salvação e quanto à bondade e misericórdia de Deus, “procurava ganhar a salvação para sua alma através do cumprimento zeloso de seus votos monásticos”.⁶ Contudo, percebia que nunca conseguia estar em paz consigo mesmo porque jamais cumpria plenamente as exigências que sua própria consciência lhe impunha, bem como os mandamentos da Bíblia e as prescrições que a igreja lhe ordenara.

Após travar enormes batalhas dentro de si, finalmente encontrou a paz e a tranquilidade, há tanto procuradas, ao descobrir que o homem é salvo não por suas próprias obras e méritos, mas tão-somente pela fé no Senhor Jesus Cristo, que justifica gratuitamente a todos que se reconhecem como pecadores e indignos de misericórdia, ao lhes imputar não o mérito conseguido pelas suas próprias obras, mas sim, o da Sua justiça conquistada na cruz do Calvário.

A verdadeira revolução que essa descoberta acarretou para sua vida pessoal fez com que Martinho Lutero começasse a pensar em uma reforma interna da igreja. Desde novembro de 1510 a abril de 1511, vinha percebendo a verdadeira decadência moral presente nos padres, bispos e papas e, por isso, cinco anos após ter atingido o grau de doutor em Teologia, Lutero afixa suas famosas 95 teses na igreja do castelo de Wittenberg, no dia 31 de outubro de 1517 – data até hoje conhecida como o “Dia da Reforma”.

A partir disso, inicia-se uma série de controvérsias, perseguições, retaliações e debates que iriam culminar na já

6 *A Vida de Martinho Lutero*. 3. ed. Blumenau: Editora Otto Kuhr, 2005, p. 4.

mencionada Reforma Protestante. Casou-se no dia 13 de junho de 1525 com a ex-freira Catarina von Bora, e publicou várias obras de cunho teológico, tais como *“Da Liberdade Cristã”*, *“Do Cativo Babilônico da Igreja Cristã”* e *“À Nobreza Cristã da Nação Alemã”*.

Morreu em 18 de fevereiro de 1546 por causa de uma forte crise de pneumonia, porém, deixou atrás de si um legado que as areias do tempo jamais conseguiram apagar...

2. Erasmo – O príncipe dos humanistas

O humanismo pode ser considerado como o movimento histórico que marcou a transição da era medieval para a era moderna.⁷ Rompendo drasticamente com a cosmovisão própria da época, trocou a concepção coletiva, religiosa e teocêntrica do mundo por uma compreensão antropocêntrica, individualista e secular deste. Representou a redescoberta das artes e da literatura clássica greco-romanas, sendo por isso também conhecido pela sua ênfase de “retorno aos originais”.

Uma das ramificações possíveis desse movimento foi aquela que procurou estudar a Bíblia nos seus originais grego e hebraico, sendo que abrigou entre seus estudiosos algumas das mentes mais brilhantes de seu tempo. Certamente, um dos que mais se destacou entre eles foi Erasmo de Roterdã. Conhecido também como o “príncipe dos humanistas”, Desidério Erasmo era extremamente erudito, conhecedor dos originais bíblicos, defensor enérgico da boa conduta ética do cristão e ávido por uma reforma interna da igreja.

Nasceu em 27 de outubro de 1466 na cidade de Roterdã. Filho

⁷ Ou melhor, a ênfase humanista da Renascença é que provocou tal divisão.

de Geraldo Elia e Margarida Zerembergen, estudou em universidades tanto inglesas quanto europeias. Sua paixão pelos estudos logo se fez notória, tanto que, aos vinte anos, já havia escrito sua primeira obra: “*O Desprezo do Mundo*”. Em seguida, publicou um segundo escrito, agora intitulado “*O Bem da Paz*”. Doutorou-se pela Universidade de Bolonha, e sua grande capacidade intelectual possibilitou com que estivesse à vontade entre as pessoas mais letradas de sua época.

Publicou uma tradução do Novo Testamento em 1516, e o seu domínio do grego bíblico rendeu-lhe considerável reputação. Entretanto, foi 12 anos antes de sua morte, ocorrida em 11 de julho de 1536, que a sua obra “*De Libero Arbitrio DIATRIBE Sive Collatio*” iria despontar no âmbito teológico como um verdadeiro ataque às declarações anteriores de Lutero a respeito do livre-arbítrio.

3. A controvérsia propriamente dita

“A melhor e infalível preparação e a única disposição para a graça é a eleição e predestinação eterna de Deus”;⁸ “Após a queda, o livre-arbítrio é um mero título; enquanto faz o que está em si, peca mortalmente”;⁹ “Depois da existência do pecado o livre-arbítrio nada mais é do que uma simples palavra, e se o ser humano faz o que está em si, peca gravemente”.¹⁰

8 LUTERO, Martinho. “Debate sobre a Teologia Escolástica”. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Volume I: Os Primórdios / Escritos de 1517 a 1519. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2004, p. 16 (tese 29).

9 LUTERO, Martinho. “O Debate de Heidelberg”. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Volume I: Os Primórdios / Escritos de 1517 a 1519. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2004, p. 38 (tese 13).

10 Esta afirmação se encontra no escrito alemão “*Assertio Omnium Articulorum*”.

Foram afirmações como estas, em especial a última, que incentivaram Erasmo a escrever uma obra a fim de rebater todas essas convicções de Lutero. Assim, em 1524 foi publicada o “*De Libero Arbitrio DIATRIBE Sive Collatio*”, um escrito que continha mais de 200 passagens bíblicas e argumentos que defendiam a existência do livre-arbítrio humano no tocante à salvação eterna.

Apesar de que tanto evangélicos quanto humanistas eram ávidos por uma reforma interna na igreja, de que ambos eram críticos quanto ao escolasticismo e defendiam o uso das línguas originais, e de que o próprio Erasmo era um admirador dos escritos de Lutero, chegando a elogiar suas famosas “95 teses”,¹¹ esses aspectos não foram suficientes para impedir a discordância entre os dois autores a respeito do livre-arbítrio.

Por outro lado, “Lutero tinha negado toda possibilidade de a vontade do ser humano preparar-se para a graça...”¹² e, em dezembro de 1525, responde à obra de Erasmo com a publicação de “*Da Vontade Cativa*”.

Ambos tinham critérios de verdade diferentes. “Lutero reconhece apenas a autoridade da Bíblia. Erasmo aponta, além dela, para a autoridade da tradição interpretativa da Igreja, encontrada em santos, mártires e concílios”.¹³ A partir de então, inicia-se uma

11 As “95 teses” de Lutero podem ser encontradas em: LUTERO, Martinho. Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Volume I: Os Primórdios / Escritos de 1517 a 1519. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2004.

12 LIENHARD, Marc. *Martin Lutero: Tempo, Vida e Mensagem*. 1. ed. São Leopoldo, Sinodal, 1998, p. 137.

13 DREHER, Martin N. “Introdução”. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Volume IV: Debates e Controvérsias, II. 1. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993, p. 14. Os pressupostos advindos da herança agostiniana de Lutero podem ser encontrados em: AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *O Livre-Arbitrio*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

intensa discussão entre dois dos maiores expoentes teológicos¹⁴ do século XVI.

II. UMA SÍNTESE DE “*DA VONTADE CATIVA*”¹⁵

1. A necessidade de clareza e exposição do assunto

Talvez a primeira objeção que se possa fazer em relação à abordagem do assunto propriamente dito diga respeito quanto à validade em se estudá-lo uma vez mais a partir de uma discussão “*per si*”, tendo-se em conta que, em toda a história da igreja, jamais houve uma concordância plena em relação a ele.

Assim, poder-se-ia indagar se não estaria sendo reaberta toda uma discussão que jamais encontrou unanimidade nos círculos eclesiásticos e que, ao invés de criar consenso entre os seus mais diversos líderes, acabou por gerar divisões e dissensões desnecessárias entre eles. Além disso, por se tratar de um tema de aparente difícil assimilação e pelo fato de o testemunho bíblico parecer favorecer a ambos os lados, acrescenta-se o questionamento que, se não seria melhor relegar uma solução para ele tão-somente no âmbito da glória.

Para Lutero, essa é uma questão que não enfrenta dificuldade alguma em ser resolvida, desde que suas aparentes contradições

14 Uma vez mais, deve-se levar em conta que Erasmo, em primeiro lugar, era humanista.

15 Uma ótima exposição de “*Da Vontade Cativa*”, em forma condensada e sistemática, foi feita por Clifford Pond. Recomendamos sua leitura: POND, Clifford (preparação). *Nascido Escravo*. 1. ed. São José dos Campos: Editora Fiel, 1992.

sejam corretamente compreendidas, e que algumas distinções sejam devidamente observadas. Por consequência, a inexistência do livre-arbítrio humano não somente pode ser entendida de modo adequado, como também deve ser ensinada para todos os cristãos indistintamente. Que pressupostos Lutero tinha em mente para chegar a tais conclusões? É neste ponto que iniciamos nossa pesquisa.

Dividindo sua obra em quatro partes,¹⁶ Martinho Lutero a inicia discordando da tese de Erasmo de que este seja um assunto a ser ignorado pelos cristãos. Pelo contrário, em sua opinião, justamente esta é uma questão a ser corretamente definida para servir a um segundo propósito ainda maior: o de ser afirmada com clareza para aqueles que professam a fé em Cristo, a fim de lhes ser alimentada a fé. E por quê? Pelo simples motivo de que a fé só pode se apegar naquilo que é certo e claro, e não naquilo que tem um caráter dúbio ou duvidoso. Do contrário, a fé não poderia ter certeza daquilo que crê e, não tendo certeza daquilo que crê, adquiriria uma conotação incerta e assim não poderia ser chamada de fé.

Dessa forma, a própria ação do Espírito Santo sobre a vida do cristão é interpretada a partir desse pressuposto, e então aquele passa a conduzir este a verdades completas, seguras e que não oferecem margem a dúvidas, ainda que essas verdades possam ser bastante simples. Pergunta-se: o que o Espírito Santo faz na vida do cristão? De

16 As divisões se encontram, respectivamente, nas seguintes páginas: 17, 116, 154 e 181. Cf. em: LUTERO, Martinho. *“Da Vontade Cativa”*. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Volume IV: Debates e Controvérsias, II. 1. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. Em linhas gerais, Lutero inicia debatendo sobre os pressupostos que o levaram a afirmar sobre a necessidade e utilidade de se ensinar a eleição e presciência divinas. Em um segundo momento, rebate os argumentos de Erasmo em favor do livre-arbítrio para, em terceiro lugar, reafirmar os argumentos principais que tentaram ser refutados pela crítica do seu opositor. Por fim, conclui com ampla argumentação bíblica, fazendo alusão principalmente a textos de Paulo e João.

acordo com Lutero, “o Espírito Santo não é um cético, nem escreveu em nossos corações coisas dúbias ou opiniões, e, sim, asserções mais certas e firmes do que a própria vida e experiência”.¹⁷

A própria essência da vida cristã consiste em depositar a fé naquilo que lhe é afirmado nas Sagradas Escrituras, e não a partir de uma relação da fé em função de si mesma.¹⁸ A fé precisa se apoiar em algo que lhe é dito, afirmado a partir de fora. Portanto, nada seria mais condizente com o ser cristão do que necessitar e querer se apegar em afirmações claras e certas,¹⁹ a fim de que sua própria fé tenha uma base sólida em que possa ser sustentada, e para que também possa afirmar com convicção as mesmas verdades nas quais ela se fundamenta e crê.

Entretanto, para que isso aconteça, o assunto precisa ser explicitado e afirmado com clareza, a fim de que o cristão possa compreender aquilo em que é chamado a ter fé. Caso existissem coisas que lhe fossem incertas pelo fato de não poderem ser investigadas na Bíblia, essa falta de afirmativa lhe geraria incompreensão e esta, por sua vez, incerteza. E é sob esse ponto de vista que surge a pergunta de como o cristão poderia ser chamado a crer naquilo que nem mesmo lhe pode ser afirmado com segurança ou, em outras palavras, “de que

17 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 23.

18 Cf. maiores detalhes no item 2.4.2.4: A relação com as promessas de Deus.

19 Nesse aspecto, Erasmo tem uma opinião divergente de Lutero: “Eu aborreço tanto as firmes asserções que sem hesitar costumo juntar-me aos cétricos, sempre que a autoridade inviolável das Sagradas Escrituras e as decisões da Igreja o permitem, aos quais prefiro subordinar as minhas opiniões em tudo, seja que eu entenda ou não as suas disposições”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 11. Neste momento, cabe salientar que todas as citações de Erasmo nesta pesquisa estão baseadas em uma tradução livre do seu original alemão, feita pelo pastor luterano Leonhard Creutzberg.

modo haverá de crer o que não compreende?”²⁰

É nessa perspectiva inicial que as primeiras afirmações de Lutero começam a fazer sentido, tais como: “Entre os cristãos não há nada mais conhecido e difundido do que a asserção. Suprime as asserções, e suprimiste o cristianismo”.²¹ Em passagem semelhante a essa, Lutero afirma incisivamente:

“Pois não é próprio de um coração cristão não deleitar-se com asserções; ao contrário, deve deleitar-se com asserções, ou não será cristão. Chamo de asserção, porém (para que não brinquemos com as palavras), apegar-se com constância, afirmar, confessar, defender e perseverar com firmeza...”²²

Portanto, é necessário que se aborde o assunto a fim de se defini-lo com precisão. Contudo, não só a necessidade de se crer em afirmações claras é o único motivo pelo qual o assunto deva ser exposto. Como veremos, Lutero sugere que o próprio caráter das Sagradas Escrituras reivindica que isso seja feito, uma vez que esta é Palavra revelada de Deus.

1.1 Deus e Palavra de Deus sob a perspectiva do Deus abscôndito e revelado

Quando Lutero faz alusão ao Deus abscôndito e revelado, deve-se ter em mente que ele não está se referindo à existência de dois deuses diferentes, mas sim, a dois atributos distintos de um único e mesmo Deus, a saber, a sua abscondicidade e sua revelação.

20 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 22.

21 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 21.

22 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 20.

Por abscondicidade ele compreende os aspectos da vontade de Deus que não são permitidos ao homem conhecer. Trata-se de uma forma que Deus escolhe para se relacionar com a humanidade por meio da ocultação de determinadas verdades, onde estas são reservadas unicamente a Deus e negadas por completo ao conhecimento do homem. São mistérios que Ele resguardou somente para si, não cabendo ao homem averiguá-los e devendo-lhes ficar totalmente velados, ocultos, escondidos, absconditos.

Por revelação compreende tudo aquilo que Deus quis revelar aos seres humanos, referindo-se a todas as verdades que Ele não conservou para si, mas, ao contrário, decidiu compartilhar com as suas criaturas a fim de que sejam descobertas, aprendidas e vividas. É uma forma de relacionamento no qual Deus se permite fazer conhecer por meio daquilo que revela. O primeiro é proibido; o segundo é estimulado. Esta é a distinção que ocorre quando Lutero afirma:

“... Deus e a Escritura de Deus são duas coisas [diferentes], não menos do que são duas coisas o Criador e a criatura de Deus. Ninguém duvida que há muitas coisas absconditas em Deus, coisas que ignoramos... Nas Escrituras a coisa não é assim”.²³

E o livre-arbítrio? Trata-se de um assunto que Deus proibiu conhecer, ou é algo revelado que, por esta razão, está à disposição do cristão a fim de ser aprendido? Sendo algo que está contido na Bíblia e por ser esta a revelação única de Deus, contendo todos os mistérios que Ele não poupou para si, segue-se então que este é um assunto a ser divulgado, do contrário ele não estaria revelado, mas continuaria abscondito na vontade de Deus.²⁴

23 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 23-24.

24 Erasmo parte de um pressuposto diferente porque para ele existem passagens

Em virtude dessas considerações, as seguintes conclusões de Lutero se tornaram um desdobramento lógico: “... as coisas que são transmitidas nas Sagradas Letras não apenas são claras, mas também salutares, podendo – e mais: devendo – por isso, ser seguramente divulgadas, aprendidas e sabidas”;²⁵ ou ainda: “... as coisas transmitidas nas Escrituras são de tal espécie que são patentes para todos...”;²⁶ e, por fim: “Portanto, todas as coisas contidas na Escritura estão reveladas”.²⁷

O autor reconhece que existem passagens bíblicas obscuras e temas de difícil compreensão, mas a razão para isso ocorrer se deve a outros motivos:

“Admito, por certo, que nas Escrituras há muitas passagens obscuras e abstrusas, não por causa da majestade dos assuntos, mas por causa da ignorância em matéria de vocabulário e gramática. No entanto, elas absolutamente não impedem o conhecimento de todas as coisas nas Escrituras... Mesmo que as palavras sejam obscuras num lugar, são claras em outro”.²⁸

Destarte, evidencia-se não ser uma dificuldade oriunda do fato de haver assuntos na Bíblia que são ocultos e outros não. Trata-se de uma dificuldade cuja origem é externa, localizada no intérprete, e não o inverso.

na Bíblia que são igualmente absconditas: “Pois, nas Sagradas Escrituras há certas passagens inacessíveis nas quais, pela vontade de Deus, não devemos penetrar”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969. p. 12. Lutero o irá criticar por agir contra seu próprio pressuposto, uma vez que escreveu uma obra tratando do assunto.

25 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 35.

26 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 43.

27 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 24.

28 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 24.

Contudo, ainda outro motivo pode ser arrolado para fundamentar essa necessidade de clareza e exposição do assunto. Tratar-se-á de uma razão de ordem prática.

1.2 A utilidade prática na exposição do assunto

A conclusão inevitável que se obtém a partir da dupla constatação de que a eleição divina é tanto um assunto revelado, quanto uma necessidade relacionada à vida de fé do cristão, é que este é um assunto extremamente importante e que deve ser anunciado, ainda que enfrente dificuldades de aceitação por parte de seus ouvintes, ou que seja contrário ao consenso geral destes.

Aliás, para o autor de *“Da Vontade Cativa”*, essa é uma dificuldade até mesmo previsível, porque a realidade divina não necessariamente precisa estar em conformidade com a humana, podendo chegar mesmo a contrariar nossa razão, conforme o caso. É próprio da Palavra de Deus quebrar com conceitos humanos e assim promover uma mudança que cause uma ruptura com concepções previamente estabelecidas.

“Pois sempre que a Palavra de Deus vem, ela vem para mudar e inovar o orbe”,²⁹ e, “... se não visse esses tumultos, diria que a Palavra de Deus não está no mundo”,³⁰ ou mais incisivamente:

“Por isso te digo, e rogo que guardes isso no fundo da mente: nessa causa eu viso uma coisa séria, necessária e eterna, de tal espécie e importância que é necessário afirmá-la até a morte, mesmo que o mundo todo não só tivesse que ser envolto em conflito e tumulto, mas também ruísse num só

29 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 39.

30 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 40.

caos e fosse reduzido ao nada”.³¹

Embora não queiramos nos antecipar a uma leitura poimênica do escrito de Lutero, vale ressaltar que, devido à importância acima salientada, o próprio autor, já no início de suas argumentações, aponta para uma utilidade prática na exposição desse escrito.

Em resumo, é útil ao cristão saber se ele tem ou não livre-arbítrio em relação à sua salvação, porque assim ele saberá o que deve ou não fazer em relação a ela. Do contrário, ele não saberá o que ou quanto fazer caso isso permaneça em sua ignorância. Ademais, caso não saiba o que deve fazer, tampouco saberá o que Deus está fazendo por ele e, desse modo, o centro da piedade cristã é destruído, porque um cristão jamais poderá agradecer a Deus por aquilo que desconhece ser uma dádiva que lhe foi concedida.³²

“Pois se ignoro o que, até que ponto e quanto eu posso e faço em relação a Deus, de igual modo me será incerto e ignoto o que, até que ponto

31 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 38. Aqui, Lutero e Erasmo vão discordar novamente. Para este último, o que importa é fazer o possível para manter a paz diante das divergências, sendo que o mais importante para os cristãos seria a prescrição de orientações para se conduzir dignamente a vida cristã. “[...] Estando no caminho da piedade, devemos avançar nele com alegria para melhorar as coisas [...]; quando caímos em pecado devemos esforçar-nos a levantar de novo, fazendo uso do remédio da penitência e procurando a qualquer modo a misericórdia do Senhor”; e ainda: “É isto que todos devem aprender. O resto pode-se deixar com Deus [...]. Da mesma maneira, há certos equívocos que melhor seriam negligenciados, em vez de tentar eliminá-los, e assim causar uma desgraça maior”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 13 a 15. É contra este “procurar a misericórdia de Deus a qualquer modo” que Lutero dirige a crítica no segundo parágrafo após esta nota.

32 Acrescenta-se outro ponto central na discordância: “Além disso, há certas coisas que não se deviam publicar a ouvidos vulgares – mesmo que fossem verdade e poderiam ser conhecidas”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 15.

e quanto Deus pode e faz em mim, já que Deus opera tudo em todos (1Co 12.6). Entretanto, se ignoro as obras e a potência de Deus, ignoro o próprio Deus. Se ignoro a Deus, não posso venerar, louvar, agradecer e servir a Deus, pois não sei quanto devo atribuir a mim mesmo e quanto a Deus. Portanto, se queremos viver piedosamente, é necessário que mantenhamos uma distinção certíssima entre a força de Deus e a nossa, entre a obra de Deus e a nossa”.³³

Assim, chegamos ao ponto central da problemática, ou seja, “... investigar do que o livre-arbítrio é capaz, o que sofre, de que modo se relaciona com a graça de Deus”,³⁴ “pois não basta dizer: ‘Existe uma força, existe uma força, existe certa força do livre-arbítrio..’. Antes, deve-se dar um nome à criança, como diz o provérbio alemão, deve-se definir o que é essa força, o que faz, o que sofre, o que lhe sucede”.³⁵

Consequentemente, é necessário relacionar essa discussão com o querer humano porque “não é possível que saibas o que é o livre-arbítrio a menos que saibas do que é capaz a vontade humana, o que Deus faz, se tem presciência de modo que não pode ser diferente”.³⁶

2. As definições propriamente ditas

Em termos gerais, o conceito de livre-arbítrio para os dois autores são os seguintes.

Erasm³⁷ o entende como sendo “... a capacidade da vontade

33 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 29.

34 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 29.

35 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 57.

36 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 30.

37 Quanto à obra de Erasmo, esta também se divide em quatro partes, sendo elas:

humana, com a qual a pessoa pode ou aceitar ou rejeitar aquilo que leva à salvação eterna”.³⁸ Fundamental é que há a possibilidade de “movimento” para dois lugares diferentes, pois “Deus dá à vontade destas pessoas a possibilidade da escolha, ou seja, a liberdade para mover-se tanto a um quanto a outro lado”.³⁹ Vale ressaltar que Erasmo não defende a existência de um arbítrio completamente livre, pois “é muito pouco o que o livre-arbítrio contribui”,⁴⁰ mas este faz com que “nossa vontade e a vontade divina cooperem juntas para nossa salvação eterna”.⁴¹

Entretanto, Lutero irá ter uma opinião extremamente oposta em relação à dele, pois “... o livre-arbítrio não passa de uma mentira”.⁴² Nessa afirmação, há desdobramentos e pressupostos que

I. Prólogo; II. Argumentos a favor do livre-arbítrio; III. Argumentos aparentes contra o livre-arbítrio, e; IV. Compilação da matéria (ou de fatos). Os capítulos iniciam nas seguintes páginas: 9, 24, 46 e 74.

38 ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 24. Deve-se esclarecer que esta é a definição mais exata que Erasmo forneceu em sua obra, apesar de admitir em outro trecho que lhe falta uma compreensão mais precisa da mesma: “[...] eu confesso ainda que não formei uma ideia a respeito dos muitos e diferentes ensinamentos [...] sobre o livre-arbítrio, a não ser aquela de que modo nenhum há dúvida na existência de um livre-arbítrio”. Ibid., p. 12. Em relação a esta “imprecisão” Lutero irá contra-argumentar.

39Ibid., p. 28. Talvez um dos pontos mais cruciais da disputa reside nesta concepção, pois para Lutero o arbítrio não é livre porque somente pode se dirigir em uma única direção, determinada pelo pecado. Cf. maiores detalhes em 2.4.1: Necessidades de imutabilidade e coação.

40Ibid., p. 79.

41Ibid., p. 55. De fato, é errôneo pensarmos que Erasmo defende uma salvação unicamente através do livre-arbítrio, pois “sem a graça de Deus a vontade do ser humano não estaria livre para praticar o bem”. Ibid., p. 29.

42Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 19. Erasmo irá acusar Lutero de favorecer o ateísmo e a falta de ética com esta definição e seus posteriores desdobramentos, que serão demonstrados ao longo da pesquisa: “Que grande janela em direção ao ateísmo a publicação desta ideia abriria [...]?”. Erasmo de ROTTERDAM, op. cit., p. 16. Esta preocupação com a ética irá nortear

irão esclarecer sua posição pessoal.

Neste íterim, iremos deter-nos na visão do segundo autor, embora continuarão sendo fornecidos os dados referentes ao posicionamento de Erasmo. Em todo caso, estaremos adentrando, neste momento, no cerne da compreensão de *“Da Vontade Cativa”*.

3. Presciência imutável – Uma relação entre a vontade e a ação divina

Uma das chaves mais importantes para se entender o pensamento de Lutero em relação ao livre-arbítrio está na sua compreensão do que vem a ser a presciência de Deus.

Por “presciência”, comumente se concebe como “ter uma ciência prévia de algo”, “saber com antecedência”, “prever algo antes que aconteça”. Quando relacionada à vida humana, poder-se-ia dizer que a presciência tem a ver com a previsão de um determinado acontecimento que poderá ocorrer, de acordo com as circunstâncias a que está ligado e que aparentemente indicam haver uma possibilidade de ele se tornar real.

Assim, um pai poderá prever que seu filho se tornará um dependente químico, caso continue a se envolver com “más companhias”. De igual forma, alguém poderá prever que outra pessoa desenvolverá uma personalidade emocionalmente carente, caso não tenha tido a presença de seus pais durante a infância.

Em todo caso, trata-se de previsões que estão baseadas em

constantemente o escrito, as argumentações e objeções de Erasmo. Por fim, constata-se que a controvérsia será disputada entre um “muito pouco” e um “nada”, no tocante aquilo que o homem contribui para sua salvação. Para Lutero, este “muito pouco” é problemático porque, em última análise, se torna o elemento determinante na discussão soteriológica.

uma percepção lógica de causa e efeito a partir das circunstâncias que as cercam e, por esse motivo, poderão incidir ou não, dependendo em último caso da decisão que a pessoa envolvida na situação tomará. Nessa concepção, uma presciência jamais poderá estar plenamente segura, pois sempre contará com uma possibilidade repentina de mudança.

Exatamente esta é a forma de presciência que não se pode aplicar a Deus. Para Lutero, “... Deus de nada tem presciência de modo contingente; antes, ele prevê, se propõe e faz tudo com vontade imutável, eterna e infalível”.⁴³ Em outras palavras, a presciência de Deus jamais falha e nunca prevê de tal forma que as coisas poderão ou não acontecer. Aquilo de que Deus tem presciência, necessariamente se torna real.

No entanto, como isso poderá acontecer se, no caso da salvação humana, o veredicto final só pode ser atribuído após a escolha pessoal ter sido feita? Se há duas possibilidades de escolha, como Deus pode prever uma opção pessoal antes mesmo que ela aconteça? Se há margem para uma segunda alternativa, não seria mais correto afirmar que Sua presciência apenas adquire um caráter irrevogável após o fato ter acontecido?

Essa é a mudança de paradigma em Lutero: não há duas possibilidades de escolha ou margem para uma segunda alternativa, simplesmente porque o fator final que fará com que a presciência de Deus se torne realidade não está localizado no centro da decisão humana, mas sim na própria presciência divina que, na verdade, é uma relação entre a Sua vontade e Sua ação. O referencial último é transposto do homem para Deus.

Em outras palavras, aquilo que Deus quer necessariamente

43 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 30.

acontece porque Ele age em favor de Sua própria vontade, fazendo com que Sua presciência seja fruto direto de uma aliança existente entre Sua vontade e ação. Assim, nada acontece de modo diferente porque não existe um poder que possa impedir aquilo que Ele quer. Vontade e ação divinas estão sempre unidas, e não isoladas, para determinar o resultado final de algum acontecimento que, nesta pesquisa, refere-se à salvação e à conversão da pessoa. Em suma, se uma pessoa é salva é porque Deus quis e, uma vez querendo, agiu em favor de Seu próprio desejo.⁴⁴

Destarte, Lutero conclui: “... primeiro, que Deus é onipotente não só segundo o poder, mas também segundo a ação... Segundo, ... ele conhece e tem presciência de todas as coisas, e que não pode errar nem enganar-se”.⁴⁵ Por aplicação, a salvação de uma pessoa acontece não porque ela se decidiu por Deus, mas porque Ele a escolheu e assim pôde prever sua salvação, já que sua vontade e ação atuariam irrevogavelmente em favor dela no futuro. “Sabemos que um eclipse não vem porque é previsto, mas ele é previsto porque há de vir”.⁴⁶ Um dos trechos mais importantes da obra vale ser ressaltado:

“Disso se segue irrefragavelmente: tudo o que fazemos, tudo o que acontece, ainda que nos pareça acontecer de modo mutável e contingente, na verdade acontece de modo necessário e imutável, se consideramos a vontade de Deus. Pois a vontade de Deus é eficaz e não há como impedi-la... Ora, se não se pode impedir a vontade também não se pode impedir a própria obra, isto é, não se pode impedir que aconteça no lugar, no

44Lutero se reporta a Is 46.10: “Que desde o princípio anuncio o que há de acontecer e desde a antiguidade, as cousas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade”. Em outro lugar: “Pois, segundo o seu querer, ele nos gerou pela palavra da verdade...” (Tg 1.18).

45Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 138.

46Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 135.

tempo, do modo e na medida que ele mesmo sabe de antemão e quer. Se a vontade de Deus fosse tal que cessasse uma vez acabada a obra e esta permanecesse, como é a vontade dos seres humanos, que deixa de querer tão logo esteja edificada a casa que querem, assim como cessa a morte, então poder-se-ia dizer verdadeiramente que algo acontece de modo contingente e mutável. Aqui, contudo, acontece o contrário...”⁴⁷

Após o referencial último ter sido colocado na ação divina, igualmente a percepção sobre a estrutura do ser humano passou por uma alteração significativa.

4. O ser humano neutro – Uma possibilidade?

Quando se afirma que o homem pode exercer seu livre-arbítrio em prol de sua salvação ou condenação, subentende-se que, dessa forma, ele está localizado em um ponto neutro de escolha para que isso possa acontecer. Deve-se entender esse “ponto neutro” como sendo a circunstância na qual o homem se situa livre de qualquer pressuposto que possa influenciar suas ações ou decisões. Caso contrário, esse arbítrio não seria livre, mas pré-determinado, pois elementos externos o moldariam e induziriam a certas escolhas.

Em Lutero, tal é a situação do ser humano. Ele não se encontra isento de pressupostos, porque existem fatores pré-determinantes que estão relacionados a uma realidade que lhe é superior e a qual não está sob seu controle, a saber, o mundo espiritual. O homem não é dono de si mesmo, sendo escravo de Deus ou do Diabo. “Pois se Deus está em nós, Satanás está ausente, e só o querer o bem está presente. Se Deus está ausente, Satanás está presente, e só o querer

⁴⁷Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 31.

o mal está em nós”.⁴⁸

“Dessa maneira a vontade humana está colocada no meio, como um jumento. Se Deus está sentado nele, ele quer e vai como Deus quer... Se Satanás está sentado nele, ele quer e vai como quer Satanás, e não está em seu arbítrio correr para um dos dois cavaleiros ou procurá-lo; antes, os próprios cavaleiros lutam para o obter e possuir”.⁴⁹ “Tu, que imaginas que a vontade humana é algo situado em um campo intermediário livre, e abandonada a si mesma, facilmente imaginas, ao mesmo tempo, que há um esforço da vontade em direção a ambas as partes, pois pensas que tanto Deus quanto o Diabo estão distantes, como se fossem apenas espectadores daquela vontade mutável e livre”.⁵⁰

Dessas afirmações, duas conclusões podem ser naturalmente deduzidas: ou Deus não precisa interferir na vida pessoal do ser humano porque não há essa necessidade, já que o homem pode fazer alguma coisa por si mesmo; ou o centro de sua vontade não foi atingido pela queda, pois está tão livre de causas externas que não carece da ação de Deus. Em ambos os casos, as afirmações são teologicamente equivocadas.

No primeiro caso, Deus é retratado meramente como um Ser que não se relaciona com a sua criação, o que não condiz com o quadro bíblico. No segundo, o fato de Deus não precisar atuar exatamente no centro da vontade humana leva à conclusão de que Ele nada precisa fazer pelo ser humano, uma vez que este é autônomo nessa área. Entretanto, dessa maneira, o sacrifício de Jesus Cristo se tornaria incompleto, pois não haveria necessidade de Ele morrer por algo que não foi afetado pela queda, uma vez que remissão só é

48Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 82.

49Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 49.

50Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 173.

necessária para aquilo que apresenta culpa. Sua obra passaria a ser não mais total, e sim parcial!

Nas palavras de Lutero: “Assim que, doravante, pregaremos que Cristo não é o redentor de todo o ser humano, mas de sua parte de menor valor, a saber, da carne, enquanto que o próprio ser humano é o redentor de si mesmo em sua melhor parte”.⁵¹ “Assim acontece, por meio deste dogma sobre a parte principal do ser humano, que o ser humano é elevado acima de Cristo e do Diabo, isto é, torna-se deus dos deuses e senhor dos senhores”.⁵²

Para se afirmar a impossibilidade de haver um campo neutro no ser humano, é necessário um diálogo com a hamartiologia. Para o autor, o homem está entregue ao pecado de tal modo que não pode fazer outra coisa além do que somente pecar.

4.1 Necessidades de imutabilidade e coação

Com esses dois termos se quer explicar que o homem tem uma necessidade natural de pecar, de tal modo que sua vontade está completamente envolvida quando seus pecados são cometidos ou intencionados. A vontade humana está tão intrinsecamente ligada a essa necessidade que se poderia dizer que ela acontece de forma imutável, ou seja, que não pode ser diferente porque essa é a sua

51Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 166. Deve-se ter em mente que os autores têm compreensões diferentes do termo “carne” humana. Para Lutero, “carne” se refere ao ser humano como um todo (inclusive sua alma e espírito), pois a totalidade do ser humano foi atingida pela queda. Para Erasmo, “[...] nem toda a natureza do ser humano é ‘carne’, mas existe uma que chamamos de ‘alma’, e existe outra que chamamos de ‘espírito’, com ajuda do qual nos erguemos a uma vida ética [...]”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 61.

52Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 166

configuração essencial.⁵³

A vontade é concorde com o pecado, andando junto com ele e não em sua direção oposta. Assim, o arbítrio não é livre porque só pode se mover em uma única direção (e não em duas), tal como Lutero afirmou: “Pois assim demonstrarei facilmente que uma pedra ou um tronco tem livre-arbítrio, já que pode voltar-se tanto para cima quanto para baixo, mas por sua própria força só para baixo, e para cima só com o auxílio de outrem”.⁵⁴

Estando o arbítrio entregue ao pecado, segue-se que, quanto mais atua por si mesmo tanto mais pratica aquilo que lhe é próprio, ou seja, o pecado, e assim se torna cada vez pior porque, quando age, não consegue impedir que o mal aconteça por meio dele e com ele: “Por isso, assim como a argila se torna sempre mais dura e a terra não cultivada mais espinhosa, assim também o livre-arbítrio se torna sempre pior, tanto por meio da brandura endurecedora do sol quanto por meio do aguaceiro que amolece”.⁵⁵

53 Algumas passagens bíblicas usadas por Lutero são: Gn 8.21; Mt 7.17; Jo 3.27; Rm 1.18; 3.9-12 / Sl 14; Rm 3.19,23; 8.7. Uma síntese da sua argumentação bíblica pode ser formulada nos seguintes termos: O homem não consegue se voltar contra o pecado porque está “debaixo” dele (Rm 3.9), ou seja, este determina suas ações de modo completo e de tal forma que uma “árvore má” não pode “produzir frutos bons” (Mt 7.17). Ademais, é “mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade” (Gn 8.21), o livre-arbítrio não pode ser algo bom porque suscita a “ira de Deus” (Rm 1.18) e o “pendor da carne é inimizade contra Deus” (Rm 8.7). Esta condição de imutabilidade é comum a todas as pessoas porque “todos pecaram” (Rm 3.23) e “não há justo, nem um sequer” (Rm 3.10). Obviamente, todas as sínteses bíblicas oferecidas durante a pesquisa não exprimem com perfeição a riqueza e a profundidade de argumentação de ambos os autores.

54 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 79.

55 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 124. Outro ponto de discrepância. Erasmo irá discordar completamente da concepção de que o livre-arbítrio está livre para somente pecar: “Mais desagradável é a opinião daqueles que afirmam enfaticamente que o livre-arbítrio servisse somente para pecar, e que somente a graça opera uma boa obra em nós”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien*

O contrário seria a situação na qual o homem, por um esforço voluntário, é visto como alguém coagindo a si mesmo, lutando consigo diante dos seus desejos pecaminosos. Essa última forma é contestada pela evidência de que o homem sente prazer enquanto peca, bem como pela afirmação a seguir:

“... quando o ser humano está sem o Espírito de Deus, não faz o mal por violência, contra a vontade, como se fosse arrastado pelo pescoço... É isso que chamamos a pouco de ‘necessidade da imutabilidade’, isto é, o fato de a vontade não poder mudar-se e voltar-se para outro lugar; antes, é mais estimulada a querer quando se lhe resiste. Prova disso é a indignação. Ela não faria isso se fosse livre ou tivesse um livre-arbítrio. Pergunta à experiência o quanto é impossível persuadir pessoas que se apegaram a alguma coisa com afeto. Ou, se cedem, cedem à força ou à maior vantagem de outra coisa”.⁵⁶

Diante dessa condição, somente resta ao ser humano receber uma ajuda que lhe venha de fora, e esta chega a ele na forma dúplice de lei e evangelho.

4.2 Livre-arbítrio na perspectiva de lei e evangelho

Outro pensamento fundamental em “*Da Vontade Cativa*” é que a Palavra de Deus é constituída de uma forma dupla quando esta se dirige ao interlocutor humano.

A primeira delas, a lei, tem a função de revelar ao ser humano

Willen. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 32. Apesar de que Erasmo está se referindo em primeiro lugar a Karlstadt, a mesma concepção se estende para Lutero.

56 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 48.

quem ele realmente é, pois, ao tentar ser cumprida, demonstra a total incapacidade do homem em fazer a vontade de Deus. Assim, a função dos imperativos bíblicos não é a de mostrar o que se deve fazer,⁵⁷ mas justamente o contrário, o que não se pode fazer, em virtude do domínio do pecado sobre a vontade humana. Grosso modo, é como se alguém ordenasse a uma pessoa para ver quão lindas são as árvores de um jardim, a fim de ela descobrir que é cega.⁵⁸

“... Deus nos tenta para nos levar, por meio da lei, ao conhecimento de nossa impotência... Com efeito, essa é a causa da legislação divina, como ensina Paulo. É que a natureza humana é cega, de modo que não conhece suas próprias forças, ou melhor, enfermidades. Além disso, é soberba, imaginando que sabe e pode tudo. Para tratar dessa soberba e ignorância, Deus não pode apresentar remédio melhor do que a proposição de sua lei”.⁵⁹

57Algumas das principais passagens bíblicas utilizadas por Erasmo são: Gn 4.6-7 (“[...] eis que o pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo.” – v. 7); Ex 20.1-17; Dt 30.11-19 (“se guardares o mandamento que hoje te ordeno [...]” – v. 16); Jr 15.19; Ez 18.21-22 (“Mas, se o perverso se converter de todos os pecados que cometeu [...]” – v. 21); 33.11 (“Convertei-vos, convertei-vos dos vossos maus caminhos [...]”); Mt 23.37 (“Quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, [...] e vós não o quisestes!”).

58Um esboço bíblico utilizado por Lutero: Rm 3.21,28; 5.20; 7.7-9; 8.3; 11.6; 14.23; Gl 3.10; Fp 2.13; Jo 3.18,36; 6.44; 16.9. Em suma, a função da lei é revelar o pecado, pois “eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei” (Rm 7.7), e “sobreveio a lei para que avultasse a ofensa” (Rm 5.20). Deste modo, não há possibilidade de o homem cumprir a lei “porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus...” (Rm 8.3), e porque “tudo o que não provém de fé é pecado” (Rm 14.23). O homem se torna maldito, pois assim é “aquele que não permanece em todas as cousas escritas no livro da lei, para praticá-las” (Gl 3.10). Não podendo cumprir a lei e assim adquirir o *status* de justo diante de Deus, Jesus Cristo se encarna e a cumpre cabalmente (Mt 3.15; 5.17), de modo que “o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei” (Rm 3.28) e Deus se torna o “justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3.26). Por fim, o Espírito Santo é dado para “convencer do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16.9).

59 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 87.

“Por isso, as palavras da lei são ditas não para afirmar o poder da vontade, mas para iluminar a razão cega, para que ela veja quão nula é sua luz e quão nula é a força da vontade. ‘O conhecimento do pecado’, diz Paulo, ‘[vem] pela lei’ (Rm 3.20); não diz que por ela venha a abolição ou evitação do pecado. Todo o sentido e força da lei consiste unicamente em proporcionar conhecimento apenas do pecado, mas não em demonstrar ou conferir alguma força”.⁶⁰

Em concordância com a última frase, receber uma ordem divina não é sinônimo de se poder cumpri-la, pois: “Ele transmite preceitos do que se deve fazer, porém não descreve a faculdade do ser humano”.⁶¹

O evangelho, a segunda forma das Escrituras, é composto pelas promessas de Deus que visam consolar as pessoas ao assegurar salvação, após elas terem se reconhecido como pecadoras e convidando-as a crer na boa nova de Jesus Cristo. Assim, no “processo” da salvação, o ser humano precisa primeiro ser atingido pela lei para, *a posteriori*, estar preparado para receber as palavras do evangelho, que lhe são dadas gratuitamente.

“Com efeito, também se deve observar o seguinte: assim como a palavra da lei se dirige tão-somente a quem não sente nem reconhece o pecado..., do mesmo modo a palavra da graça vem unicamente a quem, sentindo o pecado, se aflige e é tentado pelo desespero”.⁶²

Se não fosse assim, o evangelho não surtiria efeito porque o

60 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 91.

61 Ibid. p. 92-93. De igual modo, para Lutero os subjuntivos bíblicos não provam a existência do livre-arbítrio porque eles apenas constataam uma determinada realidade, mas não descrevem a capacidade humana em se poder concretizá-las.

62 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 100.

perdão só pode ser estendido para aqueles que se arrependem, e só há arrependimento quando há reconhecimento de culpa. Uma vez que o evangelho é consolo, ele só pode se destinar a pessoas que sintam essa necessidade.

“Essa misericórdia só é aceita com alegria e gratidão pelos aflitos e vexados pela morte, porque neles a lei já concluiu seu ofício, isto é, o conhecimento do pecado. Aqueles, porém, que ainda não experimentaram o ofício da lei, nem reconhecem o pecado, nem sentem a morte, desprezam a misericórdia prometida por essa palavra”.⁶³

Nesse sentido, afirmar que o ser humano tem livre-arbítrio seria uma contradição, pois ao mostrar que ele não consegue cumprir a vontade de Deus, a lei o denuncia como pecador e, por isso, merecedor de condenação. Entretanto, se pelo livre-arbítrio pudesse se voltar para as coisas que levam à salvação, necessariamente deveria querer sua própria condenação, pois Deus, antes de mostrar sua misericórdia pelo evangelho, torna o pecador indesculpável por meio da lei. “Assim, quando vivifica, Deus o faz matando; quando justifica, o faz incriminando; quando leva ao céu, o faz conduzindo ao inferno...”⁶⁴

Aqui a prática demonstra outra realidade, pois o ser humano jamais quer o seu próprio prejuízo. Desse modo, confirma-se que o homem não pode se reconhecer como pecador por força do seu próprio arbítrio, carecendo de uma assistência externa.

63Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 100.

64Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 47.

4.2.1 Livre-arbítrio - um atributo exclusivamente divino

Caso pudesse repudiar o pecado e voltar-se contra si próprio, isso seria o mesmo que afirmar que não há limites para a ação humana. “Ora, visto que entre as obras de Deus que levam à salvação se contam a morte, a cruz e todos os males do mundo, a vontade humana poderá querer também a morte e sua própria perdição”.⁶⁵ A possibilidade de uma intervenção divina seria irrelevante porque o homem poderia chegar sozinho à salvação. “Pois não haveria qualquer necessidade da graça se houvesse tanto bem no livre-arbítrio por meio do qual ele pudesse aplicar a si mesmo ao bem”.⁶⁶

Além do mais, o homem acabaria se tornando Deus, pois estas são prerrogativas pertencentes tão-somente a Ele:

“Isto é atribuir inteiramente a divindade ao livre-arbítrio, já que querer a lei e o Evangelho, não querer o pecado e querer a morte são coisas que cabem unicamente ao poder divino, como diz Paulo em mais de uma passagem”.⁶⁷

Por fim, Lutero conclui que o livre-arbítrio só pode ser um atributo exclusivamente divino: “... o livre-arbítrio é um nome inteiramente divino, que não pode competir a ninguém exceto tão-somente à majestade divina”,⁶⁸ e por fim: “... o livre-arbítrio não convém a ninguém senão unicamente a Deus”.⁶⁹

65 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 77.

66 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 81.

67 Martinho LUTERO, loc. cit. Lutero está se referindo a dois textos: 1Co 2.14 e 2Co 3.5.

68 68 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 50.

72 69 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 74.

4.2.2 Fé – um dom de Deus

A fé, condição única para a salvação segundo a teologia luterana, pertence e depende tão-somente de Deus, tal qual o livre-arbítrio. Por ser um dom, Ele a dá conforme Sua vontade. Referindo-se à fé, Lutero diz: “Ela, porém, como diz Paulo, é um singular e raro dom de Deus”.⁷⁰ Ressaltando esse aspecto, aprofundou seu discurso ao associar a vontade divina com essa ênfase bíblica.⁷¹

4.2.3 A humildade como algo necessário

A partir da perspectiva de lei e evangelho, ainda há uma última consideração a ser feita porque esta se mostrou central na argumentação do autor.

Assim como a lei é dada para promover o conhecimento do pecado, também o fato de saber que a salvação não depende de si revela ao ser humano que ele nada pode fazer por ela, e com isso ele é conduzido à humilhação. Por que haveria necessidade de isso acontecer? Porque Deus prometeu sua graça aos humilhados.

70 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 89. Lutero está se referindo a Rm 8.23. Contudo, dois outros versículos mencionados na quarta parte de sua obra irão esclarecer melhor sua interpretação pessoal. São eles: “O homem não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dada” (Jo 3.27), e “[...] A obra de

71 Deus é esta: que creiais naquele que por ele foi enviado” (Jo 6.29).

Neste ponto, vale salientar que também há desacordo quanto ao momento em que a graça desempenha sua função salvífica no ser humano. Para Lutero, a fé é a única evidência de que a graça de Deus está agindo em favor de uma pessoa a fim de salvá-la, sendo que esta não necessariamente esteja presente desde seu nascimento. Exatamente em Erasmo dá-se o contrário: “Portanto, [...] podemos enumerar três, ou até quatro tipos de graça: uma nos é própria por natureza; como foi dito, ela está arruinada pelo pecado, mas não foi apagada”. “Logo, existe (1º) uma graça natural, (2º) uma graça animadora, a qual, no entanto, é incompleta, (3º) uma graça que torna a vontade ativa, [...] e (4º) a graça que leva até o alvo”. Respectivamente: ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 30 e 32.

“Em primeiro lugar, Deus certamente prometeu sua graça aos humilhados, isto é, aos que se lamentam e desesperam. Ora, o ser humano não pode humilhar-se completamente enquanto não souber que sua salvação em nada depende de suas forças, desígnios, esforços, vontade e obras... Pois enquanto estiver persuadido de poder fazer ao menos um pouquinho em prol de sua salvação, ele permanece na confiança em si mesmo e não desespera inteiramente de si; por esta razão não se humilha diante de Deus, mas presume, ou espera, ou pelo menos deseja um lugar, um tempo ou alguma obra pelos quais possa chegar por fim à salvação”.⁷²

“Mas quem não duvida absolutamente que tudo depende da vontade de Deus, este desespera inteiramente em relação a si mesmo, nada escolhe, e sim, espera que Deus obre, este está próximo da graça, de modo que será salvo”.⁷³

Entretanto, tais constatações não têm uma finalidade em si mesmas, revelando uma intenção que está a serviço de um propósito maior. Uma nova modalidade de Palavra surge visando concluir o “processo” iniciado pela aplicação da lei: trata-se das promessas de Deus. Estas, porém, têm um emprego completamente diferente!

4.2.4 A relação com as promessas de Deus

Tendo constatado que a acusação efetuada pela lei é inflexível e que tudo depende unicamente de Deus, inevitavelmente o passo seguinte será o de buscar refúgio e consolo não mais em si mesmo (porque isso não é mais possível), mas em Deus (porque só há essa possibilidade).

Preferencialmente, essa busca deverá ser feita não mais em uma palavra que o acuse e mostre quem ele é (pois isso já aconteceu anteriormente), mas em outra que aponte para algo novo e que o

72 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 46.

73 Martinho LUTERO, loc. cit.

console (porque agora há essa necessidade). Essa novidade lhe é oferecida pelo evangelho e pelas promessas de Deus.

Entenda-se por promessa tudo aquilo que Deus afirma, promete, assegura e garante em Sua verdade revelada, objetivando criar e manter a fé naqueles que são interpelados por ela. As promessas têm essa função porque, como já salientado,⁷⁴ a fé cristã é uma convicção depositada em algo que lhe é externo, ou seja, naquilo que Deus promete e, por consequência, na pessoa do próprio Deus.

Por que as promessas são dadas posteriormente à lei? Porque pelo evangelho se revela a aceitação incondicional do amor de Deus pelo ser humano caído, a despeito da condenação gerada na fase predecessora. Descobre-se que a condição para ser salvo não é a de que haja “mudança” na pessoa por meio da observância da lei, mas sim que ocorra um “reconhecimento” sincero de quão indigna ela é de receber a misericórdia de Deus.

Como não há mais esperança para o ser humano, inclusive porque sua vontade o joga contra Deus, então somente resta a possibilidade de ele se apegar na vontade Dele, que está inequivocamente expressa em Suas promessas. O ser humano, ao reconhecer sua total falibilidade, precisa depositar sua fé em promessas que são infalíveis.

Por que, para se ter certeza de que as promessas de Deus são infalíveis, é necessário associar essa concepção com a inexistência de livre-arbítrio humano e a presciência divina? Conforme exposto,⁷⁵ como Deus é presciente por aplicar sua ação em função de sua vontade, certamente suas promessas serão cumpridas porque

74 Cf. item: A necessidade de clareza e exposição do assunto.

75 Cf. item: Presciência imutável de Deus: uma relação entre a vontade e a ação divina.

elas irão revelar o mesmo caráter infalível de Deus. Assim, a fé encontra seu fundamento porque haverá certeza da salvação, pois as promessas são manifestações da vontade de Deus e, por conseguinte, contarão com a Sua ação inviolável a fim de concretizá-las. Como as promessas prometem salvação, esta certamente acontecerá.

“Pois se duvidas ou desprezas o saber que Deus tudo pré-sabe e tudo quer não de modo contingente, mas de modo necessário e imutável, como poderias crer em suas promessas, nelas confiar e te firmar com certeza? Quando ele promete, é preciso que estejas certo de que ele sabe, pode e quer dar o que promete”.⁷⁶

Em outros termos: “Este, pois, é o único e supremo consolo dos cristãos em todas as adversidades: saber que Deus não mente, mas tudo faz imutavelmente, e que à sua vontade não se pode resistir e que não se pode mudá-la ou impedi-la”.⁷⁷

Por fim, já que a presciência de Deus cumprirá inevitavelmente todas as Suas promessas, então o cristão pode olhar para dentro de si e constatar que é no âmago de sua vontade que Deus está atuando, com o fim de integrá-lo desde já nesta nova realidade.

5. Livre arbítrio entre coisas superiores e inferiores

Diante de todas essas considerações, pode-se afirmar que, para Lutero, o ser humano não tem absolutamente nenhuma espécie de livre-arbítrio? Não. Para o autor, trata-se de uma questão de distinções.

De fato, em relação à salvação (ou àquilo que ele pessoalmente

76 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 33.

77 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 34.

chama de “coisas superiores”) não há nenhum livre-arbítrio, conforme as explicações já mostraram. Contudo, naquilo que lhe é “inferior” ele existe, devendo ser exercido contando com a existência e ajuda de Deus.

“... o ser humano está distribuído em dois reinos: um em que é conduzido por seu próprio arbítrio e conselho, sem preceitos e mandamentos de Deus, a saber, nas coisas que são inferiores a ele. Aqui ele reina e é senhor, sendo deixado na mão de seu próprio conselho. Isso não quer dizer que Deus o tivesse abandonado de tal maneira que não cooperasse em todas as coisas, mas, sim, que lhe concedeu o livre uso das coisas conforme seu próprio arbítrio e não o inibiu com quaisquer leis ou prescrições... No outro reino, porém, ele não é deixado na mão de seu próprio conselho, mas é conduzido e guiado pelo conselho de Deus, de modo que, assim como em seu próprio reino o ser humano é conduzido por seu próprio arbítrio sem os mandamentos de outrem, da mesma maneira no reino de Deus é conduzido pelos mandamentos de outrem sem seu próprio arbítrio”.⁷⁸

Então, para o autor, o absurdo não consiste tanto em afirmar a existência do livre-arbítrio, mas sim o de relacioná-lo com aquilo que se refere à salvação humana. “Talvez pudesses atribuir com razão um arbítrio ao ser humano, mas atribuir-lhe um [arbítrio] livre em coisas divinas é demais”.⁷⁹

6. Aprofundamentos hermenêuticos

Três relações precisam ser alistadas para finalmente se obter uma hermenêutica mais ampla do pensamento de Lutero. Em todos

78 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 85.

79 Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 74.

os casos, elas desafiam o pesquisador a repensar a forma com que lê determinados trechos das Sagradas Escrituras, e oferecem uma proposta diferente que contraria o senso comum da interpretação bíblica.

6.1 A correta relação entre pertença e concessão

Usualmente, aquilo que se tem ou se faz é visto sob o prisma de uma condição de pertença, estabelecendo-se um sentimento de posse em relação àquilo que se tem ou faz. Por conseguinte, quando alguém compra certo utensílio ou faz determinado serviço, é natural que se refira àquilo que foi feito ou conquistado por meio de pronomes possessivos, tais como “meu” e “minha”. Nesses casos, o “meu” se torna “meu” porque “eu” fui o agente ativo que permitiu com que algo de fato acontecesse. A evidência externa é uma consequência de uma ação primária dependente do indivíduo.

Na questão do livre-arbítrio ocorre uma lógica diferente. A evidência externa permanece a mesma e continua sendo uma consequência primária, mas esta é centrada em Deus e, ao invés de ser dependente “do” indivíduo, ela ocorre “no” indivíduo. Assim, tanto a fé quanto as boas obras pertencem à pessoa não porque ela as fez, mas porque elas lhe foram concedidas. Resumidamente, algo só é da pessoa porque lhe foi dado.

“Dize-me: acaso não se diz, com muita razão, que são nossas [as coisas] que nós na verdade não fizemos, porém recebemos de outros? Por que, portanto, não se diria que são nossas as obras que Deus nos deu por meio do Espírito? Acaso não diremos que Cristo é nosso porque não o fizemos, mas apenas recebemos? De novo, se fazemos o que se diz ser nosso, então nós mesmos nos fizemos os olhos, nós mesmos nos fizemos as mãos e nós mesmos nos fizemos os pés, a não ser que não se diga que os

olhos, as mãos e os pés são nossos. Mas ‘o que temos’, diz Paulo, ‘que não tenhamos recebido?’ [1Co 4.7]”.⁸⁰

6.2 Consequência da recompensa e dignidade do mérito

Se o livre-arbítrio não existe, porque há inúmeras passagens que fazem menção a recompensas para os que perseverarem nas boas obras?⁸¹

Para Lutero, elas servem não para provar a existência do livre-arbítrio, mas sim para estimular os cristãos a continuarem na prática do bem. Contudo, essa perseverança ocorre como consequência de um agir desinteressado por parte do cristão, pois “se fizessem o bem por causa do reino a ser obtido, nunca o obteriam”.⁸² A motivação cristã é baseada em uma consequência natural não-egocêntrica, jamais em alguma dignidade que lhe deva ser inferida devido a algum mérito seu.

“... assim como as palavras da lei servem de instrução e iluminação para ensinar o que devemos e o que não somos capazes [de fazer], assim as palavras de recompensa, ao indicarem o que há de ser, servem de exortação e cominação mediante as quais os piedosos são estimulados, consolados e erguidos para prosseguir, perseverar e vencer no bem e suportar o mal, para que não se fatiguem nem se quebrem...”⁸³

80Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 113.

81“Se tantas vezes se fala de obras boas e más e também de recompensa, então não compreendo como ainda pode ter espaço para uma vontade cativa”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 40.

82Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 110.

83Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 111.

6.3 Eleição divina – verdade bíblica entre adoração e explicação

“Os prêmios são definidos antes que os trabalhadores nasçam e trabalhem”.⁸⁴ Essa é uma das afirmações de Lutero que exprime com perfeição o seu conceito de eleição divina.⁸⁵

Como todos os seres humanos não têm uma vontade própria que os conduzam a Deus, e pelo fato de a realidade demonstrar que existem pessoas que creem e outras não, segue-se que somente são salvos aqueles que Deus escolhe para que tenham fé. Por não depender das obras que se façam em prol da salvação, a eleição de Deus tampouco depende de um critério humano para determinar Suas escolhas e, por isso, elas podem acontecer antes mesmo que alguém venha a existir.

Qual o critério usado por Deus para eleger os que serão salvos? Por que alguns serão salvos e outros não? Em primeiro lugar, para o autor, a eleição em si é uma verdade que está revelada e, por isso, deve ser aceita e adorada pelos cristãos. Entretanto, o critério utilizado por Ele em Suas escolhas permanece abscôndito em Sua vontade, pois não há menção em qualquer lugar que possa esclarecer essa questão. Assim, deve-se adorar o “fato” e desconsiderar os

84Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 143. Lutero está se referindo à história de Esaú e Jacó (Gn 25.23-26; Rm 9.11-13), argumentando que Jacó foi escolhido por Deus antes de ter feito qualquer obra ou ter tido a possibilidade de fazer qualquer escolha. O seguinte quadro bíblico fundamentou a eleição e / ou predestinação divinas: Êx 9.12; Rm 9.14-24; Is 63.17; 45.9; Jr 18.6; Jo 6.44. Assim, o endurecimento do coração do Faraó é usado para fundamentar que Deus “tem misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz” (Rm 9.18). Em concordância, “ninguém pode vir a mim se o Pai, que me enviou, não o trouxer” (Jo 6.44).

85A contra-argumentação de Erasmo no tocante à predestinação (mais especificamente quanto aos textos do endurecimento do Faraó e de Esaú e Jacó) pode ser observada na terceira parte de sua obra: “Argumentos aparentes contra o livre-arbítrio”. Erasmus von ROTTERDAM, op. cit., p. 46 a 59.

“comos” e “porquês”.⁸⁶

“De resto, porque alguns são tocados pela lei e outros não, de modo que aqueles acolhem e estes desprezam a graça oferecida, é outra questão”.⁸⁷ Como os critérios não estão definidos, “essa vontade não deve ser investigada, mas adorada com reverência como o segredo da majestade divina que mais se deve reverenciar, reservado unicamente a ela e proibido a nós”,⁸⁸ porque “... na medida em que Deus se oculta e quer ser ignorado por nós, ele absolutamente não nos importa”.⁸⁹

E quanto aos riscos que se corre ao se pregar essa verdade bíblica? Se tudo está pré-determinado, por que alguém se empenharia por algum progresso ético em sua vida? “Respondo: ninguém, e também ninguém poderá fazê-lo, pois Deus absolutamente não se importa com teus corretores sem o Espírito, pois são hipócritas. Os piedosos, porém, serão corrigidos pelo Espírito Santo; os demais perecerão incorrigidos”.⁹⁰

E quanto ao amor de Deus? Como alguém poderá crer que é amado por Deus se a sua eleição não é para todos?⁹¹ “Respondo: nenhum ser humano crerá e nem poderá crer. Os eleitos, porém,

86Neste íterim, Lutero faz menção a Rm 9.20.

87Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 100.

88Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 100-101.

89Martinho LUTERO, loc. cit. Cf. item: Deus e Palavra de Deus sob a perspectiva do Deus abscondito e revelado.

90Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 45.

91Agora se pode compreender melhor a insistência de Erasmo em favorecer de um mínimo irrefutável no livre-arbítrio, porque para ele esta é a única maneira de conciliar a justiça e a misericórdia de Deus. Assim, ao se referir aos argumentos de Lutero, Erasmo afirma: “Mas enquanto se empenham a elevar a fé, deveriam ter evitado de derrubar o livre-arbítrio, já que, quando isso acontece, não se pode entender de que maneira o problema entre a justiça e a misericórdia de Deus pode ser resolvido”. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 78.

crerão”,⁹² pois “... a fé e o Espírito julgam de outro modo: creem que Deus é bom, ainda que causasse a perdição de todos os seres humanos”.⁹³ Aliás, o autor argumenta que o próprio crivo para decidir o que é justo e injusto é relativo, pois:

“Muitas coisas que, quando vistas por Deus, são muito boas, quando vistas por nós, são péssimas. Assim, as aflições, os males, os erros, o inferno e até todas as melhores obras de Deus são péssimas e condenáveis perante o mundo”.⁹⁴

Por conseguinte, Deus pode operar o mal por meio daqueles que não chegaram à fé sem que com isso se torne injusto, haja vista que todos estão “contaminados” pelo pecado e não podem oferecer algo que seja diferente. “... Deus... não cessa de formar e multiplicar a natureza que foi viciada pelo pecado após o Espírito ter sido subtraído, tal qual um escultor faz estátuas de madeira estragada”.⁹⁵

“Portanto, quando se diz que Deus endurece ou opera o mal em nós (pois endurecer é fazer o mal), ninguém pense que ele age como se criasse de novo o mal em nós... Pois assim parecem imaginar que o ser humano, por si mesmo bom ou não mau, sofre a má obra da parte de Deus... Deus opera o mal em nós, isto é, por meio de nós, não por culpa de Deus, mas por causa de um vício nosso, pois somos maus por natureza, e Deus, ao

92Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 46.

93Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 126.

94Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 127. Lutero afirma que os critérios de julgamento usados por Deus não podem ser compreendidos pela razão humana, tanto que são contrariados pelo senso comum. Para Erasmo, “Deus sempre ama ou odeia somente por motivos justos”, entendendo este “motivo justo” como uma retribuição pelas boas ou más obras que foram praticadas. ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969. p. 53.

95Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 127.

contrário, é bom”.⁹⁶

7. Últimos apontamentos dos autores

Ao final deste capítulo, é útil fazer uma breve exposição sobre as últimas palavras que os próprios autores deram ao final de suas obras.

Quanto a Lutero, ele faz menção às “três luzes”, querendo expressar, com essas palavras, que existem três formas de compreensão humana em relação ao agir de Deus ou, mais especificamente, modos de resolver o dilema entre a misericórdia e justiça divinas.

A seguinte citação explica melhor a concepção de seu autor:

“Coloca-me três luzes: a luz da natureza, a luz da graça e a luz da glória, de acordo com uma distinção geral e boa. À luz da natureza é insolúvel que seja justo quando o homem bom é afligido e o mau vai bem. No entanto, a luz da graça resolve a questão. À luz da graça é insolúvel como Deus pode condenar aquele que com qualquer de suas forças próprias somente é capaz de pecar e de se tornar culpado. Aqui tanto a luz da natureza quanto a luz da graça ditam que a culpa não é do miserável homem, mas do Deus iníquo, pois não pode fazer outro juízo de Deus que coroa o ímpio sem nenhum mérito... A luz da glória, porém dita outra coisa e há de mostrar que Deus, cujo juízo por ora ainda encerra uma justiça incompreensível, é de uma justiça extremamente justa e evidente...”⁹⁷

Erasmus conclui “*Vom Freien Willen*” elogiando as ênfases propostas por Lutero, embora não revogue seu posicionamento teológico, defendido até então. Expõe seu desejo sincero de analisar profundamente a questão, ainda que reconheça não ter a solução

⁹⁶Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 129.

⁹⁷Martinho LUTERO, *Da Vontade Cativa*, p. 214.

final para esta. Permite que os leitores sejam seus juízes após terem observado criticamente os argumentos defendidos.

“Então desejo que o leitor queira também ponderar, se ele pode concordar em rejeitar uma opinião que foi ensinada por tantos eruditos da Igreja e foi aprovada durante vários séculos e entre tantos povos, e se ele pode aplaudir certas afirmações absurdas, as quais motivaram atualmente lutas furiosas na igreja cristã. Se estes paradoxos fossem verídicos, eu teria que confessar abertamente que tenho inteligência limitada, já que não os consigo entender; pois conscientemente com certeza não me oponho à verdade, e de todo o coração estou a favor da liberdade evangélica, e sou contra tudo que não é compatível com o evangelho. Como já foi dito, aqui não estou fazendo o papel de um juiz, eu só queria examinar pormenorizadamente; apesar disso posso afirmar com sinceridade, que durante a pesquisa mantive tal escrupulosidade, como se exigia dos jurados... E, apesar de eu ser um homem idoso, não teria vergonha e nem ficaria aborrecido de aprender de um homem jovem, caso ele, com humildade evangélica, apresentasse algo melhor... Eu compilei a matéria; o julgamento deixo com outros”.⁹⁸

98 ROTTERDAM, Erasmus von. *Vom Freien Willen*. 3. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1969, p. 89-90.